

NOTAS EXPLICATIVAS 2º TRIMESTRE 2022 CAMPUS OSÓRIO

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETORA-GERAL

Flavia Santos Twardowski Pinto

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Eder Jose Morari

Coordenadora de Orçamento e Finanças

Ana Paula Silva da Luz

Responsável pela Conformidade Contábil

Marinez Mauer

Responsável Substituto pela Conformidade Contábil

Maicon Goulart Morales

Este documento é constituído por:

I – Demonstrações Contábeis;

II – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

I - Demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL		
2º Trimestre		R\$ mil
ATIVO	30/06/2022	30/06/2021
Ativo Circulante	242.133,17	156.063,63
Caixa Equivalente de Caixa	131.395,78	23.495,39
Adiantamentos Concedidos	1.000,00	3.900,00
Estoques	109.737,39	128.668,24
VPDs Pagas Antecipadamente		
Ativo Não Circulante	9.020.674,84	8.569.749,0
Imobilizado	9.003.180,97	8.552.255,16
Bens Móveis	3.707.294,75	3.231.508,71
Bens Imóveis	7.780.255,52	7.747.727,64
(-) Depreciação Acumulada	2.484.369,30	2.426.981,19
Intangível	17.493,87	17.493,87
Total do Ativo	9.262.808,01	8.725.812,66
BALANÇO PATRIMONIAL		
2° Trimestre		R\$ mil
PASSIVO E PATRIMÔ NIO LÍQUIDO	31/06/2022	31/06/2021
Passivo Circulante	216.274,40	161.623,43
Fornecedores e Contas a Pagar	164.466,42	102.850,19
Demais Obrigações a Curto Prazo	51.807,98	58.773,24
Passivo Não Circulante	-	-
Total do Passivo	9.003.382,26	8.779.458,11
Resultados Acumulados	8.787.107,86	8.617.834,68
Resultado do Exercício		
Resultado de Exercício Anteriores		
Ajustes de Exercícios Anteriores		
Total do Patrimônio Líquido	8.787.107,86	8.617.834,68

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução 2022 em relação a 2021. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo campus, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrente de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2º Trimestre R\$ mil				
Variações Patrimoniais Aumentativas	30/06/2022	31/06/2021		
Exploração e Venda de Bens e Serviços	68,00	80,00		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	394,00	7,00		
Transferências e Delegações Recebidas	1.002.899,13	656.509,78		
Valorização e Ganho com Ativos e Desincop. De Passivos	44.469,70	-		
Outras Variações Patrimnoniais Aumentativas	106,18	421,60		
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.003.467,31	657.018,38		
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMO 2º Trimestre	ONIAIS R\$ mil			
Variações Patrimoniais Diminutivas	30/06/2022	30/06/2021		
Pessoal e Encargo	-	-		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	783.578,00	494.764,22		
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4,11	-		
Transferências e Delegações Concedidas	7.574,07	21,60		
Desvalorização e Perdas de Ativos	-	1,97		
Outras Variações patrimoniais Diminutivas	133.740,00	215.476,04		
Incentivos	132.990,00	215.476,04		
Diversas VPDs	750,00			
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	924.896,18	710.663,83		

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

2°Trimestre R\$ mil						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Despesas Empenhadas	Despesas a Liquidar	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Total A Liquidar	
Despesas Correntes	1.542.058,89	1.034.409,56	507.649,33	427.217,01	507.649,33	
Outras Despesas Correntes	1.542.058,89	1.034.409,56	507.649,33	427.217,01	507.649,33	
Despesas de Capital	-	_	-	_		
Total de Despesas Orçamentárias	1.542.058,89	1.034.409,56	507.649,33	427.217,01	507.649,33	
	Fonte: Siafi: 20	022 e 2021				

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DOS RESTOS A PAGAR

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2º Trimestre R\$ mil						
	Inscritos ex. anteriores	Reinscritos	Cancelados	Pagos	Saldo	
Restos a Pagar Não processados	31.420,79	553.348,96	2.720,55	390.860,69	191.188,51	
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	-	31.668,60	-	27.822,30	3.846,30	
TOTAL	31.420,79	565.017,56	2.720,55	418.682,99	195.034,81	
	Fonte: Siafi: 202	22 e 2021		•	•	

BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO				
2º Trimestre R\$ mil				
INGRESOS	2022	2021		
Receitas Orçamentárias				
Ordinárias				
Vinculadas				
(-) Deduções das receitas Orçamentárias				
Transferências financeiras Recebidas	958.429,43	656.509,78		
Recebimento Extraorcamentário	1.116.410,06	605.190,57		
Inscrição de Restos a Pagar processado	80.432,32	79.267,72		
Inscrição de Restos a Pagar Não processados	1.034.409,56	520.068,47		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	1.977,50		
Outros recebimentos Extraorçamentário	1.568,18	3.876,88		
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.000,00	3.368,28		
Arrecadação de Outra Unidade	568,18	508,60		
Saldo do exercício Anterior	17.404,35	19.402,18		
Caixa e Equivalente de Caixa	17.404,35	19.402,18		
TOTAL DOS INGRESSOS	2.092.243,84	1.281.102,53		
DISPÊNDIOS	2022	2021		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	1.542.058,89	886.869,66		
Ordinárias	1.502.048,88	873.452,44		
Vinculadas	40.010,01	13.417,22		
Transferêncais Financeiras Concedidas	106,18	421,60		
Despesas Extraorçamentárias	418.682,99	370.315,88		
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	27.822,30	82.706,51		
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	390.860,69	285.773,71		
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados		1.835,66		
Saldo para o Exercício Seguinte	131.395,78	23.495,39		
Saldo e Equivalente de Caixa	131.395,78	23.495,39		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	2.092.243,84	1.281.102,53		
Fonte: Siafi 2022 e 2021				

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais 2º Trimestre				
	2022	2021		
Ingressos	958.997,61	658.995,88		
Outras Transferências recebidas				
Outros Ingressos Operacionais	958.997,61	658.995,88		
Ingressos Extraorçamentários		1.977,50		
Transferências Financeiras Recebidas	958.429,43	656.509,78		
Arrecadação de Outra Unidade	568,18	508,60		

Desembolsos	-709.178,89	-604.039,44
Pessoal e Demais Encargos	-708.803,91	-601.782,18
Educação	-709.803,91	-605.150,46
Ordens Bancárias Sacadas	1.000,00	3.368,28
Transferências Concedidas	-268,80	
Outros Desembolsos Operacionais	-106,18	-2.257,26
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	249.818,72	54.956,44

1- Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Osório, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

I - No tocante aos seguintes aspectos da informação contábil:

(a) Integralidade;

Há reclassificação de bens pendentes devido a verba de pesquisa para pesquisadores que doarão os bens após a prestação de contas do projeto.

(b) Exatidão, valorização e alocação;

A depreciação não está adequada devido a falha do sistema que gerencia o patrimônio. Não houve reavaliação dos Bens móveis e imóveis.

- (c) Corte: transações e eventos foram registrados no período contábil certo;
- II No tocante aos seguintes procedimentos contábeis:
- (a) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas;

A Ug Não possui dívida ativa.

(b) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura);

A reavaliação dos bens móveis e imóveis não foi realizada.

(c) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.);

A Unidade Gestora não realiza pagamentos para empregados.

(d) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável;

Os investimentos permanentes não sofreram reavaliação.

(e) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência;

A Unidade não realiza provisões.

(f) Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável;

Os softwares da UG são de vida útil indefinida, não sofrem amortização. Mas não sofreram reavaliação.

(g) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável;

A depreciação dos bens de infraestrutura é realizada pelo órgão. Não sofreu reavaliação.

(h) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques;

Os estoques não sofreram reavaliação.

(i) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP);

A unidade Gestora não possui patrimônio cultural.

III – No tocante aos seguintes grupos de contas:

1. 1 Caixa e equivalentes de caixa

Até a data de encerramento do trimestre, os saldos em caixa e equivalentes de caixa, exceto recursos liberados pelo Tesouro, não foram conciliados com extrato ou documento de controle que viabilizasse a conformidade das contas. Documentos não foram apresentados. O respectivo saldo escriturado em 30/06/2022 é de R\$ 131.395,78.

1.2 Material em almoxarifado

Não há registro de laudos de reavaliação dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado.

Também não há registro de laudo de inventário que ateste, com razoável segurança, as informações do controle gerencial de materiais em almoxarifado.

1.3 Bens móveis

Não há registro de laudos de reavaliação dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado.

Também não há registro de laudo de inventário que ateste, com razoável segurança, as informações do controle gerencial de bens móveis.

Até a data de encerramento de exercício, não foram corrigidos problemas de cálculo do relatório de depreciação e amortização acumulada, de modo que os registros desses títulos não refletem, com confiabilidade, a depreciação acumulada de bens móveis e amortização acumulada de bens intangíveis.

1.4 Atos potenciais

Até a data de encerramento do trimestre, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Em 30/06/2022, a execução de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle somam R\$ 1.065.706,09

O total dos Atos Potenciais em 30/06/2022 somaram o montante de R\$ 1.065.706,09.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis da unidade 158327 – campus Osório, do órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- VI. Notas Explicativas.

2-Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a. Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v)

empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

d. Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

e. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

h. Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o

valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade CCONT/SUCON/ STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

i. Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU:
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizandose, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

Kd = (n2 - x2) / n2, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da acessão

X = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

j. Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

k. Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

k. 1. Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

k. 2. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

k. 3. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3-Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houveram, ao longo do 2º trimestre de 2022, mudanças nas práticas e procedimentos contábeis adotados pelo IFRS.

II- Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Em 30/06/2022, o item mais representativo desse grupo foi "Recursos liberados pelo tesouro", com 97,28 do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 30 de junho de2021:

Caixa e Equivalente de Caixa						
	junho/2022	junho/2021	AH(%)	AV(%)		
Bancos Conta Movimento – Demais Contas	2.839,20	2.839,20	-	2.160		
Recursos Liberados pelo Tesouro	128.556,58	20.656,19	522,36	97,84		
TOTAL	131.395,78	23.495,39	459			
Fonte:siafi 2022 e 2021						

Nota 2 – Adiantamentos Concedidos

São adiantamentos concedidos a título de suprimento de fundos, aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, que consiste na entrega de numerário a servidor para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesas, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos casos e valores limites definidos em Lei.

Nota 3 – Estoques

Os estoques no segundo trimestre de 2022 somaram R\$ 109.737,39 ocasionando uma pequena queda de em torno de 15% se comparado com o mesmo mês do exercício anterior. No entanto, pode se atribuir essa queda em virtude da Pandemia que se instaurou desde 2020 e se estendeu até 2021, gerando menos saídas de materiais de expediente e também uma redução nas aquisições para serem estocadas em decorrência da aquisição do serviço de almoxarifado virtual, ou seja, o material adquirido dessa forma não gera estoque, pois é destinado ao consumo no ato da entrega do material. Os estoques são representados pelos materiais em almoxarifado, que compreendem diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais em elaboração.

Nota 4 – Imobilizado

Bens Móveis

Os Bens Móveis totalizaram, pelo custo de aquisição, R\$ **3.707.294,75** milhões e estão distribuídos em categorias, conforme detalhado por conta contábil na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em Equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, no valor de R\$ 1.448.229,03 (25 do total). No segundo trimestre se comparado com o mesmo período do exercício anterior, os bens móveis tiveram um aumento significativo, ficou em torno de 31,31 %. Esse aumento de bens patrimoniais pode se atribuir a necessidade de renovação de alguns móveis ou para ampliação e mobiliar algum espaço.

Bens Móveis	Móveis 2°Trim. 2022 2° Trim.2021			R\$
Bens Móveis	Custo	Custo	AH(%)	AV(%)
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E	378.076,93	327.495,15	15,44	10,2
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	73.931,67	73.931,67		2
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNI	17.670,44	13.107,74	34,8	
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO	141.270,64	132.470,64	6,64	3,8
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	1.889,24	1.889,24		
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA	1.260,00	1.260,00		
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAI	26.031,15	26.031,15		
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	39.240,40	39.240,40		
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	2.467,95	2.467,95		
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS	41.214,05	5.534,97	644,61	
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	33.101,39	31.561,39	4,88	
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUN	1.448.229,03	1.158.325,32	25	39
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	234.831,28	161.643,20	45,28	
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORI	5.419,30	5.419,30		
MOBILIARIO EM GERAL	760.071,74	710.874,89	31,31	20,5
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICO	432.233,68	430.681,78	0,36	11,6
DISCOTECAS E FILMOTECAS	995,00	995,00		
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	52.809,4	44.013,81		
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E	280.922,48	277.872,14	1,09	7,6
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	72.000,00	72.000,00		
BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	-	482,22		
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	41.705,90	41.705,90		
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(2.429.550,95)	(2.206.969,53)		65,5
TOTAL	3.707.294,75	3.231.508,71	14,7	
TOTAL LÍQUIDO	1.277.743,80	1.024.539,18	24,7	
Fonte: Siafi, 2022 e 2021	,			

Depreciação Acumulada de Bens Móveis

Depreciação de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para

os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

No ano de 2018 os valores mensais da depreciação mensal a partir de 02/2018 de todas as contas no Relatório de Bens Móveis – RMB, aparece com os valores duplicados. Foram abertos chamados no setor de TI da Reitoria para resolver estas diferenças e enviados e-mails aos setores responsáveis, porém até o encerramento desse trimestre, continuam pendentes. Em decorrência destas diferenças os saldos contábeis em 30/06/2022 das contas de depreciação dos bens móveis não reflete adequadamente a real situação patrimonial líquida do Campus. Estima-se um erro aproximado de 3% (equivalente à uma depreciação mensal).

Em 30/06/2022, a depreciação acumulada dos bens móveis totalizou R\$ 2.429.550,95 equivalente a 65,5 % do custo de aquisição total dos bens móveis.

Em 30/06/2022 verifica-se um aumento no saldo líquido de bens móveis no âmbito do IFRS Campus Osório de R\$ 253.204,62, representando uma variação em torno de 24,7% em relação a 30/06/2022, decorrentes dos lançamentos de depreciação e aquisição de alguns móveis/equipamentos.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do campus Osório totalizaram em 30/06/2022 R\$ 7.780.255,52 (sem considerar a depreciação do período), estes se dividem em Bens de uso Educacional Registrados no SPIUNET, e obras em andamento, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Bens Imóveis						
	Junho/2022	Junho/2021	Var.	AH(%)	AV(%)	
De Uso educacional Registrados no SPIUNET	7.747.727,64	7.726.908,54	20.819,10	0,27	99,6	
De uso Educacional Não registrados no SPIUNET						
Obras em Andamento	32.527,88	20.819,10	11.708,78		0,40	
TOTAL	7.780.255,52	7.747.727,64	32.527,88	0,42		
Depreciação Acumulada	54.818,35	220.011,66	15.661,31	-75	0,70	
TOTAL LÌQUIDO	7.725.437,17	7.527.715,98	16.866,57	0,22		
Fonte: siafi, 2021 e 2020	,	,	,	1	!	

O imóvel de uso educacional registrado no SPIUNET corresponde a maior parte do valor registrado na sede do campus Osório. Uma pequena parte, cerca de 0,40% do total de imóveis está registrado na conta de obras em andamento, que se refere a um saldo da adequação do PPCI do IFRS Campus Osório.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso educacional registrados no spiunet correspondem a 99,60% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRS Campus Osório, perfazendo o montante aproximado de R\$ 7.747.727,64 em 30/06/2022.

Houve um incremento no valor total registrado na conta de Bens de Uso Educacional Registrados no SPIUNET devido a melhorias e adequações das instalações do prédio no valor de R\$ 20.819,10.

A depreciação dos bens imóveis é apurada pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, de gestão da Secretaria de Patrimônio da União – SPU, que registra, anualmente, os valores a título de depreciação dos bens imóveis. O valor atualmente registrado nessa rubrica é de R\$ 54.818,35 correspondente à 0,70% do custo de aquisição dos bens imóveis. Esse valor teve uma redução de 75% no período analisado, devido a conciliação entre Siafí e Spiunet, realizada em 30/06/2022 pela Coordenação Geral de Contabilidade, conforme comunica 2022/0707140, emitido em 14/07/2022, via Siafí Web.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU n° 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; Se houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Até o encerramento do segundo trimestre do exercício de 2022, os bens imóveis não foram reavaliados.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

O Campus Osório não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável em 30/06/2022.

Nota 5 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sendo amortizados.

O ativo intangível do campus Osório é composto por softwares de vida útil indefinida e totaliza R\$ **17.493,87**, estando distribuídos nas contas contábeis a seguir:

Bens Intangíveis					
Softwares	Junho/2022	Junho/2021	AV(%)		
ISOSO0001	3.859,20	3.859,20	22,06		
ISOSO0002	4.046,67	4.046,67	23,13		
ISOSO0003	8.990,00	8.990,00	51,39		
ISREI0011	598,00	598,00	-		
TOTAL	17.493,87	17.493,87	100		
Siafi:2022 e 2021			•		

Entre os softwares, aproximadamente R\$ 9 mil (51,39%) referem-se à Stand Alone Advanced – QC, software de estatística educacional (ISOSO0003); R\$ 4 mil (23,13%) referem-se à Adobe CS 5.5 Master Collection (ISOSO0002) e; R\$ 4 mil (22,06%) referem-se à NVIVO 10 Full Versão Acadêmica (ISOSO0001), e R\$ 598 (3,42%) referem-se a software de Licença Vitalícia Edição Vídeo IFRS.

No último exercício não houve incremento nos investimentos de intangível.

Nota 6 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 30/06/2022 o IFRS Campus Osório apresentou um saldo de R\$ **216.274,40** em obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes. A tabela a seguir apresenta o detalhamento das obrigações assumidas pelo IFRS Campus Osório em 30/06/2022:

Obrigações a Curto e longo Prazo

	30/06/2022	30/06/2021	AH(%)	AV (%)
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto \prazo	164.466,42	102.850,19	60	76
Demais Obrigações a Curto Prazo	51.807,98	58.773,24		
TOTAL	216.274,40	161.623,43	34	
Demais Obrigações a Longo Prazo				
TOTAL	216.274,40	161.623,43	34	
Fonte: Siafi, 2022 e 2021	- 1	<u>'</u>	'	1

Em comparação ao período anterior, o IFRS Campus Osório registrou um aumento de 34% em comparação ao exercício anterior, esse aumento pode ser justificado pelo aumento dos serviços e aquisições de mercadorias e bens para manutenção de suas atividades fins, com o retorno presencial das atividades letivas.

A maior parte das obrigações se referem a conta Fornecedores e Contas a Pagar a curto prazo que representam 76% do total e todas obrigações que se referem a curto prazo.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do primeiro trimestre o IFRS Campus Osório possuía apenas cinco fornecedores em aberto para ser realizado o pagamento. Com essa colocação pode-se entender que o campus está recebendo verbas de recursos financeiros com maior frequência oportunizando os fornecedores de receberem em dia os seus pagamentos. Desta forma, o Campus está conseguindo atender os seus compromissos com uma maior regularidade.

Fornecedores e Contas a Pagar por Fornecedores	30/06/2022	AV(%)
GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA	114.000,00	70,2
PORTALSUL EMPRESA DE VIGILANCIA S/S LTDA	18.804,06	11,6
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	10.481,85	6,4
MURANO CONSTRUCOES LTDA	9.961,65	
COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITA	9.013,00	
TOTAL	162.260,56	

Em relação aos fornecedores a serem pago, apresentamos:

- (a) GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA, AQUISIÇÃO, DE SERVIDOR RACK DELL EMC POWEREDGE R7525, CARONA 20/2021- PREGÃO 38/2020, PROC. 23367.000294/2021-59 PARA O CAMPUS OSORIO DO IFRS, NF 022094, 2021NE000072.
- (b) PORTALSUL EMPRESA DE VIGILANCIA S/S LTDA, LIQUIDAÇÃO DA NOTA FISCAL 11581, REF. ABRIL DE 2022 REFERENTE AO SERVIÇO DE VIGILANCIA PARA O CAMPUS OSORIO DO IFRS, SERVIÇO DE VIGILANCIA PARA O CAMPUS OSORIO DO IFRS, PROC. 23367.000332/2021-73 PREGÃO 49/2018 CONTRATO 71/2018. 2022NE000074.
- (c) PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA, LIQUIDAÇÃO DA NOTA FISCAL 17015-1, REFERENTE AO MÊS DE MAIO DE 2022, CONTRATO 62/2019 PR3EGÃO 23/2019 VENCIMENTO DO CONTRATO EM 03/02/2023, PROCESSO 23367.00036 2/2021-80, 2022NE000027.
- (d) MURANO CONSTRUCOES LTDA, LIQUIDAÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL PARA O CAMPUS OSORIO DO IFRS, PREGÃO 66/2020, CONTRATO 14/2021. 2021NE000017.
- (e) COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITA, APROPRIAÇÃO DAS NFs 37566, 37572, 37589 E 37641 DE AQUISIÇÃO DE MERENDA PARA OS ALUNOS DO CAMPUS OSORIO DO IFRS CHAMADA PUBLICA 08/2022.

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

A maior variação, em espécie, da conta Demais Obrigações a Curto Prazo, se refere a incentivos a educação, cultura e outros, representando 79% do grupo, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo					
	30/06/2022	AH(%	AV(%)		
DEPOSITOS NÃO JUDICIAIS	2.839,20	-			
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO, CULTURA E OUTROS	41.094,00		79		
GLOSA DE ENCARGOS TRABALHISTAS	6.644,85		12,8		
AUXILIOS FINANCEIROS A PESQUISADOR	-				
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.000,00				
ISS	229,93				
DIARIAS A PAGAR	-				
TOTAL	51.807,98				

(b.1) Depósitos não judiciais

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações e devolução de pagamento por motivo de domicílio bancário inexistente, a regularizar pelo fornecedor.

(b.2.) Incentivos a educação, cultura e outros

Compreende as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.

(b.3) Saque – Cartão de Pagamento do Governo Federal

Registra os valores referentes as despesas com suprimento de fundos, pendentes de saque com uso do cartão de pagamento do governo federal.

Obrigações Contratuais

Em 30/06/2022, o IFRS Campus Osório possuí um saldo de R\$ **1.065.706,09** (um milhão sessenta e cinco mil, setecentos e seis reais com nove centavos) relacionados a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos em execução do segundo trimestre de 2022 a serem executadas e do(s) próximos(s) trimestre(s). Na tabela a seguir, estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Obrigações Contratuais - Composição R\$

	30/06/2022	30/06/2021	Av (%)
Aluguéis	0,00	3.562,24	
Fornecimento de Bens	0,00	0,00	
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	
Seguros	0,00	6.065,52	
Serviços	1.065.706,09	585.911,70	100
Demais	0,00	0,00	
Total	1.065.706,09	595.539,46	

As obrigações contratuais relacionadas com Serviços representam os 100% do total das obrigações assumidas pelo IFRS – *Campus* Osório até o segundo trimestre de exercício de 2022.

O aumento significativo em relação ao período anterior refere-se a contratações de serviços para manutenção das atividades letivas do campus Osório que retornou as suas atividades letivas presenciais após um período crítico de pandemia, quando então as atividades eram realizadas remotamente e consequentemente reduzindo alguns serviços, Com o retorno das aulas presenciais e o retorno dos servidores presencialmente, os serviços de limpeza, copeiragem, foram integralizados e o consumo de água, luz, telefone entre outros consequentemente também aumentou.

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 07 (sete) contratos mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/06/2022.

Obrigações Contratuais de Serviço em Execução - Por Contrato R\$

	30/06/2022	AV (%)
Contrato A _ MURANO CONSTRUCOES LTDA	120.002,88	17,5
Contrato B- EMS TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	92.585,00	13,5
Contrato C - ALPHA TERCEIRIZACAO - EIRELI	90.215,40	13,2
Contrato D - DISKTONER COPIADORAS E IMPRESSORAS EIRELI	72.981,81	10,7
Contrato E - PORTALSUL EMPRESA DE VIGILANCIA S/S LTDA	67.054,08	9,8
Contrato F - BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	63.558,71	9,3
Contrato G - LYON SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	49.133,99	7,2
Demais	128.991,15	18,8
Total	684.523,02	

Fonte: SIAFI, 2022.

Em relação aos contratados A, B, C e D eles representam mais de 50% do total dos contratos em execução, em torno de 55% do total das obrigações assumidas. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Murano Construções LTDA do Contrato de Serviço de manutenção predial, contrato 14/2021.
- (b) EMS TRANSPORTES E TURISMO EIRELI contrato do serviço de transporte rodoviário para o campus osorio do contrato 74/2019 .
- (c) ALPHA TERCEIRIZACAO EIRELI Contrato do serviço de psicopedagogo e cuidador, pregão 10/2022 contrato 48/2022.
- (d) DISKTONER COPIADORAS E IMPRESSORAS EIRELI serviço impressão, contrato 59/2020.
- (e) PORTALSUL Contratação de empresa especializada para vigilância do campus, oriundo do contrato 71/2018, pregão 49/218.
- (f) BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA serviços continuados de gerenciamento de almoxarifado virtual. Serviços de outsourcing impressão, Contrato 61/2020.
- (g) LYON SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, Contrato serviços de copeiragem para o IFRS Campus Osório, PE25/2018, contrato 55/2018.

Nota 7 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 30/06/2022 foi de R\$ **78.571,13** mil e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

	30/06/2022	30/06/2021	AH(%)	AV(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.003.467,31	657.018,38		
Variações Patrimoniais Diminutivas	924.896,18	710.663,83		
Resultado Patrimonial do Período	78.571,13	-53.645,45	25	

Observa-se, que o resultado Patrimonial do 2º trimestre foi de R\$ **78.571,13** mil, e se comparado com o mesmo período do exercício anterior, houve um aumento de 25% Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Até o final do segundo trimestre de 2022 a exploração de vendas de bens e serviços somou o montante de R\$ 68,00
- II. Em relação ao mesmo período do exercício anterior o uso de bens, serviços e consumo resultou em uma redução de 15%.
- III. As transferências e delegações recebidas somaram um montante de R\$ 1.002.899,13 resultando em um acréscimo em torno de 53% se comparado com o mesmo período do exercício anterior.

As outras variações patrimoniais Diminutivas tiveram uma redução em torno de 38%, se comparados com o exercício anterior.

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Demonstração das Variações Patrimoniais						
	30/06/2022	30/06/2021	Var.	AH(%)	AV(%)	
Variações Patrimoniais	1.003.467,31	657.018,38	346.448,93	53		
Aumentativas						
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVIC	68,00	80,00				
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVA FINANCEIRA	394,00	7,00				
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBI	1.002.899,13	656.509,78		53	99,9	
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E	-	-				
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUME	106,18	421,60		-75		
Variações Patrimoniais Diminutuvas	924.896,18	710.663,83		30		
PESSOAL E ENCARGOS	-	-				
USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE C	783.578,00	494.764,22	288.813,78	58,4	84,7	
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVA FINANCEIRA	4,11	-				
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCED	7.574,07	421,60		1.696		
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	-	1,97				
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMI	133.740,00	215.476,04		-38		
TOTAL	78.571,13	-53.645,45				

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos que o resultado foi maior na conta Transferências e delegações recebidas em um percentual em torno de 99 %, em contrapartida a conta Outras Variações Patrimoniais aumentativas teve uma redução, em torno de 75%.

O aumento na conta uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, ficou numa variação de R\$ 288.813,78, representando um aumento no percentual em torno 58,4% se comparado com o mesmo exercício de 2021.

Isto posto, conclui-se, que houve um aumento no total das Variações Patrimoniais Diminutivas, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, totalizando um montante de R\$ 78.571,13.

(a) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

A diminuição na VPD de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo e outras VPDs são demonstradas a seguir.

Variações Patrimoniais Diminutivas - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo							
	30/06/2022	30/06/2021	Var.	AH(%)	AV(%)		
USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	177.419,12	31.572,93	145.846,19	461,9	19,2		
SERVICOS	494.700,57	348.046,16	146.654,41	42	53,5		
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E	111.458,31	115.145,13	-3.686,82	-3,2	12		
EXAUSTA MÓVEIS							
TOTAL	924.896,18	710.663,83					

Destaca-se um aumento em torno de 42% na contratação dos serviços, um montante equivalente a R\$146.654,41, em relação ao mesmo período no exercício anterior. Esses Serviços, tem a maior representatividade no grupo, na ordem de 53%, refletindo um aumento nos gastos em virtude do retorno das atividades presenciais em 2022, após o estado de calamidade pública por conta da pandemia do coronavírus. Como medida protetiva, ocorreu inicialmente a suspensão das atividades letivas em todo o IFRS, fazendo com que muitas atividades fossem feitas remotamente e o ensino também se deu de forma online. Perante este cenário, alguns serviços foram diminuindo o seu consumo resultando na diminuição de postos de serviço contratados, bem como as despesas como água, luz e telefone também tiveram seu impacto. Essa situação durou até o final do exercício de 2021, ou seja, agora em 2022 as atividades e serviços estão sendo restabelecidos, e já se percebe os reflexos nos gastos públicos desprendidos para esta finalidade.

No entanto, a conta de materiais de consumo teve um crescimento de 461,9%, se comparado com o mesmo exercício de 2021, esse elevado percentual de crescimento pode se atribuir ao retorno das atividades presencias no Campus, onde antes durante a pandemia não havia aula presencial e não havia o fornecimento de lanches para os estudantes. Dessa forma não havia consumo de alimentos e nem a necessidade materiais para ministrar as atividades letivas. Todas as atividades estavam sendo realizadas remotamente.

As principais variações no gasto com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD SERVIÇOS	VPD SERVIÇOS								
	30/06/2022	30/06/2021	VAR.	AH(%)	AV(%)				
DIARIAS	410,97	-		100					
SERVICOS TECNICOS	142.451,63	147.945,58		-3,71	28,8				
PROFISSIONAIS									
SERVICOS DE APOIO	234.747,32	136.024,93	98.722,39	72,6	47				
ADM, TECNICO E OPERAC									
SERV.TRANSP.,PASSAGEM	-								
,LOCOMOCAO E									
SERVICOS	-	34,05							
ADMINISTRATIVOS - PJ									
SERV.AGUA E	108.953,55	64.041,60	44.911,95	70	22				
ESGOTO,ENER.ELETR.,GA									
S									
LOCACAO E	7.868,30	-							
ARRENDAMENTO									
MERCANTIL O									
SEGUROS EM GERAL	-	-							
SERV.COMUNICAC.,GRAFI	268,80	-							
COS E AUDIOVI									
TOTAL	494.700,57	348.046,16							

O subgrupo Serviços de apoio adm. técnico e operacional é o mais representativo dentro da conta com 47% do total no segundo trimestre de 2022. Em relação ao mesmo trimestre de 2021 representa um aumento de 72,6% em relação ao exercício anterior.

O segundo subgrupo dentro desta conta, Serviços técnicos Operacionais conta com 28,8%, mas em relação ao exercício anterior representa uma queda de 3,71%.

O subgrupo de diárias voltou a ter representatividade no segundo trimestre, no entanto, no primeiro trimestre de 2022 bem como no segundo trimestre de 2021 não houve gastos nesta rubrica. Pode se atribuir a esse fato, o momento de Pandemia do Covid que vivemos ao longo dos exercícios de 2020 e 2021, onde havia sido instaurado um ensino remoto e consequentemente as atividades, reuniões, compromissos dos servidores também se estendeu a esse formato.

O serviço de Transporte, passagens e locomoção de servidores e estudantes continua zerado no segundo trimestre de 2022, esse fato se deve a suspensão do ano letivo de 2021 presencial o que

ocasionou o cancelamento de viagens técnicas de estudantes, bem como não houve transporte para servidores em função de reuniões e capacitações. Em 2022 as atividades de ensino retornaram presencialmente, porém as viagens técnicas ainda não estão ocorrendo.

O subgrupo de serviços de água, esgoto, energia elétrica teve um aumento significativo de aproximadamente de 70% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Essa crescente de gastos pode ser atribuída ao retorno das atividades presenciais tanto pelos estudantes como pelos servidores, após a suspensão das atividades no início da pandemia em 2020 afetando o atendimento presencial das atividades letivas dos estudantes e o trabalho remoto dos servidores.

(b) Outras VPD's

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram uma redução nos gastos do campus Osório, na ordem de 38%, e estão diretamente relacionados à bolsa de estudos no país e auxílio para desenvolvimento de estudos. Até o segundo trimestre de 2022, o total de gasto nesta rubrica foi de R\$ 133.740,00 mil.

Nota 8 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário corresponde à confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964, além do percentual de realização das receitas previstas e percentual de empenho da dotação atualizada.

No IFRS, a setorial orçamentária consolida a previsão e realização de receitas, assim como a dotação inicial e atualizada das suas unidades, de modo que o Balanço Orçamentário do campus Osório, de forma isolada, é insuficiente para demonstrar o resultado orçamentário da unidade.

Até o presente momento, não foram apresentados relatórios de suporte da gestão orçamentária que demonstrem, com fidedignidade, o resultado orçamentário trimestral do campus Osório.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Diante disso, é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise somou o montante de R\$ 1.542.058,89 enquanto que no mesmo período de 2021, tal fase da execução da despesa pública montou a cifra de R\$ 886.869,66. O empenho de despesas correntes corresponde a toda despesa empenhada no período, conforme evidenciado na tabela a seguir:

Despesas Empenhadas - Composição						
	30/06/2022	30/06/2021	AH(%)	AV(%)		
Despesas Correntes	1.542.058,89	886.869,66	73,9			
Despesas de Capital	-					
TOTAL	1.542.058,89	886.869,66				

Fonte: Siafi: 2022 e 2021

Tivemos um aumento no valor empenhado das despesas correntes em torno de 73%, se comparado com o mesmo período do exercício anterior. O que ocorreu foi um aumento no repasse orçamentário em relação ao mesmo período de 2021, conforme representado na tabela Despesas empenhadas. Importante ressaltar, que todas as despesas empenhadas se referem a despesas correntes, até o final do segundo trimestre.

Despesas Orçamentárias						
	DESPESAS EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADA	DESPESAS PAGAS	SALDO A LIQUIDAR		
Despesas Correntes	1.542.058,89	507.649,33	427.217,01	1.034.409,56		
Outras Despesas Correntes	1.542.058,89	507.649,33	427.217,01	1.034.409,56		
Despesas de Capital						
Investimentos						
TOTAL	1.542.058,89	507.649,33	427.217,01	1.034.409,56		
Fonte: Siafi 2022 e 202	1			•		

Das despesas orçamentárias empenhadas em 2022, 32,92% estavam liquidadas até o final do segundo trimestre. Do montante liquidado, (R\$ **507.649,33**) até o final do segundo trimestre, 84% já haviam sido pagos até o final do segundo trimestre de 2022.

Nota 9 – Restos a Pagar

Conforme evidenciado na Tabela que segue adiante, em torno de 55% dos Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício de 2022 referem-se a Despesas Correntes, Outras despesas correntes, no montante de R\$ 303.521,67. Esses gastos são referentes a serviços não executados ou material adquirido e não entregue, até o final do segundo trimestre de 2022. Os RPNP inscritos e RPNP Reinscrição somaram um montante de R\$ 332.479,02 e deste valor 76,7% havia sido pago até o final do 2º trimestre.

As despesas de Capital classificadas como investimentos representam em torno de 43% do montante inscrito e reinscrito e em torno de 100% por cento foi liquidado até o final do segundo trimestre, sendo que deste montante, em torno de 54% está pago. Em torno de 1% do capital empenhado foi cancelado.

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados 2º Trimestre 2022

Gı	rupo de Despesa	RPNP Inscritos	RPNP Reinsc	RPNP Cancelados	RPNP Liquidados	RPNP Pagos	Saldo a pagar	
3	Despesas Correntes	303.521,67	28.957,35	257,11	265.224,98	255.033,40	77.188,51	
3	Outras despesas Correntes	303.521,67	28.957,35	257,11	265.224,98	255.033,40	77.188,51	
4	Despesas de Capital	249.827,29	2.463,44	2.463,44	249.827,29	135.827,29	114.000,00	
4	Investimentos	249.827,29	2.463,44	2.463,44	249.827,29	135.827,29	114.000,00	
	TOTAL	553.348,96	31.420,79	2.720,55	515.052,27	390.860,69	191.188,51	
Fc	Fonte: Siafi 2022 e 2021							

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e Não processados Liquidados 2º Trimestre 2022

Gr	upo de Despesa	RPP. Inscritos	RPP Reinsc.	RPP. Cancelados	RPP. Pagos
3	Despesas Correntes	31.668,60	-	-	27.822,30
3	Outras despesas Correntes	31.668,60	-	-	27.822,30
4	Despesas de Capital		-	-	
4	Investimentos		-	-	
	TOTAL	31.668,60	-	-	27.822,30